

---

# **A ANÁLISE DO PODER EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS: A PRESENÇA DE MAX WEBER NA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE PIERRE BOURDIEU.**

**Magali de Castro**

## **RESUMO**

Abordagem das relações de poder em Max Weber e em Pierre Bourdieu. Estudo da influência de Weber na sociologia da educação de Bourdieu, no que se refere à análise das relações de poder: aspectos da obra de Weber presentes na abordagem de Bourdieu. Contribuição dos dois sociólogos à análise do poder em instituições escolares.

## **PALAVRAS-CHAVES:**

Teoria do Poder, Relações de Poder, Análise Sociológica do Poder, Max Weber, Pierre Bourdieu, Dominação.

## **ABSTRACT**

Theoretical approach of Max Weber and Pierre Bourdieu to the analysis of power. Analyse of Weber's influence over Bourdieu's approach: the presence of Weber's concepts in Bourdieu's approach of power relations. The contribution of both authors to the analysis of power relations in schools.

## **KEYWORDS:**

Power, Power Relations, Sociological Analysis of Power, Max Weber, Pierre Bourdieu, Domination.

## INTRODUÇÃO

A questão das relações de poder em instituições educacionais ultrapassa os limites de sua organização formal, a qual determina as instâncias em que o poder se manifesta e serve de ponto de partida para a análise do poder. Tal análise se faz a partir do poder legalmente instituído, evoluindo para a ação dos diferentes atores na instituição, ação esta determinada por elementos internos e externos peculiares a cada situação.

Portanto, para o estudo das relações de poder na escola, não basta analisar o mecanismo interno dessas relações. Propostas interessantes de participação nas decisões, muitas vezes fracassam devido à complexidade das relações de poder, determinadas por interesses e necessidades antagônicos que, dentro da escola e fora dela, sempre estarão influenciando ou determinando o processo decisório que ocorre em seu interior.

O que acontece no interior das escolas está, de alguma forma, relacionado, influenciado, causado ou determinado pela estrutura social mais ampla. Portanto, para compreender as relações de poder na instituição escolar, é necessário olhar para além dela; é preciso analisar como o poder se manifesta, identificando os elementos que interna e externamente determinam estas relações. As relações de poder são analisadas, enquanto relações entre dois ou mais sujeitos, dos quais um obtém dos outros um comportamento que, caso contrário, não ocorreria.

Tal análise encontra suporte teórico, na sociologia clássica e contemporânea, em dois grandes sociólogos: Max Weber e Pierre Bourdieu.

### A OBRA DE MAX WEBER E DE PIERRE BOURDIEU

**MAX WEBER**, sociólogo alemão nascido em Erfurt, em 1864, produziu extensa obra, considerada por muitos autores como dispersa e fragmentária. Situamos sua produção intelectual em três fases,

marcadas por acontecimentos que provocaram uma interrupção ou mudança em seu ritmo de trabalho: na primeira, situada entre 1889 e 1898, concentram-se suas obras sobre economia e política; a segunda, iniciada com seu retorno à atividade intelectual em 1902, estende-se até 1914, sendo enfatizadas as obras relacionadas ao método em ciências sociais e aos estudos sobre a religião. No final desta segunda fase, que consideramos de grande importância para a sociologia da educação, foram produzidos textos que evidenciam sua preocupação com a universidade. A terceira fase, situada entre o início da guerra e sua morte em 1920, apresenta os estudos sobre burocracia e neutralidade ética, a análise de questões relativas à ciência e à política e os estudos de economia e religião, tema presente em todos os momentos de sua produção.<sup>1</sup>

Após a morte de Weber, foram publicadas várias obras suas, de grande importância: ensaios sobre economia e sociologia política (publicados em coletâneas de textos e livros de sociologia), livros contendo ensaios sobre sociologia da religião e sua obra póstuma mais famosa: *Economia e Sociedade; esboço de sociologia compreensiva*, que contém os fundamentos básicos de sua sociologia. Essa obra foi construída a partir de manuscritos deixados por ele e contém distintos extratos pertencentes a épocas diversas, abrangendo os temas de suas preocupações centrais. É dividida em duas partes e treze capítulos e é considerada uma das mais importantes obras da sociologia alemã. Na primeira parte, são desenvolvidas, em quatro capítulos, as principais categorias sociológicas de Weber: partindo de seus conceitos fundamentais, são abordadas as principais categorias sociológicas da vida econômica, os tipos de dominação e de legitimidade e os principais conceitos relativos a estamentos e classes. A segunda parte encontra-se organizada em nove capítulos e aborda a questão da economia, das ordens e poderes sociais: estabelece as relações entre economia e sociedade, entre economia e direito e analisa diferentes tipos de comunidades e

1. Ver: CASTRO, Magali de. *Textos, contextos e interpretações: reflexões sobre Max Weber, sua obra e seus intérpretes*" (trabalho apresentado na 17ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, M.G., outubro, 1994).

sociedades: econômicas, domésticas, militares, étnicas, religiosas e políticas. Nessa parte é desenvolvida, ainda, a sociologia da dominação, estabelecendo-se uma relação com os três tipos puros de dominação legítima, abordados na primeira. Integra esta segunda parte um capítulo sobre mercado, que Weber não chegou a completar.<sup>2</sup>

Weber foi um dos grandes sociólogos clássicos que abordou a questão do poder enquanto relação entre dois sujeitos. Para ele, poder é

*“a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária, até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação”.* (Weber, Max. *Ensaio de Sociologia*, 1982, p.211)

**PIERRE BOURDIEU**, nascido em 1930, no Bearn, região do sudoeste da França, é um dos maiores sociólogos da educação da atualidade. Sua extensa produção intelectual teve início em 1961, com a obra *Sociologie de l'Algerie*, que encabeçou uma série de trabalhos de grande importância para as ciências sociais.<sup>3</sup> A obra de Bourdieu difundiu-se mais amplamente no Brasil a partir de 1975, com os estudos sobre a reprodução. Abrangendo diversos aspectos das ciências sociais, das ciências políticas, das artes, a produção intelectual de Bourdieu dedica grande espaço à discussão das questões relativas à educação e ao poder. Consideramos sua obra *La Noblesse d'Etat*, produzida em 1989 e ainda não traduzida para o português, como uma das mais importantes para a sociologia da educação. Acreditamos que essa obra está, para a produção relativa à sociologia da educação

de Bourdieu, como *Economia e Sociedade* está para a obra de Weber. Nela, Bourdieu retoma questões importantes de sua sociologia da educação e analisa o papel da escola na formação dos importantes quadros da burocracia estatal, chamados por ele de nobreza do estado, em similaridade à nobreza do sangue. A obra se divide em cinco partes: na primeira, Bourdieu aborda, em dois capítulos, a questão da classificação escolar e da estrutura da instituição escolar; a segunda parte, desenvolvida em três capítulos, versa sobre a formação da elite em classes preparatórias e grandes escolas e o papel do título escolar. Na terceira parte é analisado o campo das grandes escolas e suas transformações: partindo da noção de campo, apresenta os resultados do estudo do campo das grandes e pequenas escolas da França, feito junto com Monique de Saint-Martin, fazendo uma análise histórica do campo dos estabelecimentos de ensino superior na França, dos anos 60 aos anos 80. A questão do poder é abordada em três capítulos, na quarta parte do livro. Para esta abordagem, Bourdieu volta à noção de campo, para traçar a estrutura do campo de poder na França. Aborda as estratégias e os modos de reprodução, fazendo um paralelo entre reprodução familiar (burguesia) e reprodução escolar (título). Termina, analisando as transformações da estrutura do campo do poder. A parte final da obra versa sobre o poder do Estado e o poder sobre o Estado: partindo da abordagem da nobreza da escola em similaridade à nobreza de sangue, Bourdieu trata da importância do título escolar na reprodução da ordem social e faz uma relação entre ele e a grande burocracia do Estado. Aborda o papel da escola na formação da nobreza do Estado.

A produção intelectual de Bourdieu é intensa e o autor encontra-se em franca atividade: após a *Noblesse d'Etat*, aqui comentada, continua a produzir artigos e já lançou várias obras, das quais a mais recente, sobre a arte, foi editada em 1994.<sup>4</sup> Como pro-

2. Para estes comentários, foi utilizada a seguinte versão: *Economia y sociedad*, trad. José Medina Echavarría et alii, 2ed, México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

3. Vide relação das obras de e sobre Pierre Bourdieu em: CASTRO, Magali. *Relações de poder na escola pública de ensino fundamental: uma radiografia à luz de Weber e Bourdieu*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da USP, em 25 de março de 1994.

4. Algumas obras de Bourdieu, produzidas após *La noblesse d'état*: BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art*. Paris: Seuil, 1992; BOURDIEU, Pierre et WACQUANT, Loïc. *Réponses - pour une anthropologie réflexive*. Paris: Seuil, 1992; BOURDIEU, Pierre et alii. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993; BOURDIEU, Pierre et HAACKE, H. *Libre-échange*. Paris: Seuil, 1994.

fessor do Collège de France, em Paris, apresenta seminários periódicos e continua à frente do Centre de Sociologie Européenne.

A teoria do campo do poder foi construída, por Bourdieu, ao longo de pesquisas históricas (especialmente as relações entre campo intelectual e campo de poder no século XIX); sociológicas (especialmente sobre o consumo artístico) e de uma série de pesquisas empíricas sobre a situação específica da França. Segundo ele, o poder exercido nas instituições escolares é o poder simbólico:

*“poder invisível, que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem.”* (Bourdieu, Pierre. *Sur le pouvoir symbolique*, 1977, p. 31)

## A ANÁLISE DO PODER EM WEBER E EM BOURDIEU

Considerando o poder como uma relação entre duas pessoas, com ascendência de uma sobre a outra, de quem a primeira obtém comportamentos que, de outra forma não ocorreriam, WEBER analisou sua manifestação em diferentes contextos: nas estruturas políticas, na sociedade de classes e na burocracia.

Ao analisar o poder nas estruturas políticas, Weber afirma que todas elas usam a força, mas diferem no modo e na extensão como a empregam contra outras organizações políticas. Enfatiza as grandes potências, considerando-as como as bases naturais das pretensões de prestígio e expansão do poder sobre outras comunidades. Para ele, a atividade política é de interesse de grupos políticos e ideológicos preocupados com o poder. O partido está nas mãos dos dirigentes políticos e de seus assistentes, sendo os membros ativos, na maior parte das vezes, aclamantes. As massas passivas, mas simpatizantes, são solicitadas apenas nas épocas de eleições ou votações e sua opinião só interessa para orientar a escolha dos dirigentes, constituindo-se em um meio para atingir o objetivo na disputa do poder.<sup>5</sup>

Outros aspectos analisados por Weber, que têm relação direta com o exercício do poder nas estruturas políticas são o *clientelismo* e o *nepotismo*. Para ele,

*“O poder é instrumento inevitável da política, sendo o desejo do poder, conseqüentemente, uma de suas forças motrizes..... Por certo que o simples político do poder, objeto, também entre nós, de um culto cheio de fervor, pode alcançar grandes efeitos, mas tudo se perde no vazio e no absurdo. Os que criticam a ‘política do poder’ têm, nesse ponto, inteira razão.”* (WEBER, *Ciência e Política: duas vocações*, 1967-8, p.107-8).

Em *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída*, Weber aborda a questão do neonepotismo do funcionalismo público, afirmando que o verdadeiro poder não atua através de discursos parlamentares ou de pronunciamentos da coroa, mas sim através da administração, que está necessária e inevitavelmente nas mãos da burocracia militar e civil. Analisa esse processo de burocratização universal e mostra que o novo exército de funcionários da esfera pública e privada, empregados e pessoal de escritório, está crescendo mais do que o próprio proletariado industrial.

Para controlar o neonepotismo do grupo burocrático, detentor do poder real no Estado moderno, Weber propõe a escolha democrática dos líderes políticos e o controle parlamentar efetivo da autocracia ameaçadora dos burocratas.<sup>6</sup>

Weber estabeleceu a relação entre poder econômico e político e manifestou preocupação com as condições de exercício do poder político, como pode ser observado na seguinte afirmação:

5.WEBER, Max. *Economia e Sociedad. esbozo de sociologia comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984. p.229

6.MAYER, Jacob Peter. *Max Weber e a política alemã*. Brasília: UNB, 1985. p.62-3

*“em todas as épocas, atingir o poder econômico foi o que permitiu a uma classe conceber-se como candidata ao poder político. É perigoso e incompatível, a longo prazo, com o interesse nacional, que uma classe economicamente decadente mantenha em mãos a dominação política. Mais perigoso ainda, contudo, é quando classes para as quais se movimenta o poder econômico e, com isso, a candidatura para a dominação política, ainda não estejam politicamente maduras para a condução do Estado. (WEBER, O estado nacional e a política econômica. In: COHN, Max Weber, 1989, p. 73)*

O **poder na sociedade de classes** é analisado, por Weber, a partir da concepção de ordem jurídica, cuja estrutura influi, diretamente, na distribuição do poder econômico, ou qualquer outro, dentro de uma comunidade. O poder econômico distingue-se do poder como tal, podendo ser consequência ou causa do poder existente por outros motivos.

Para Weber, as classes, estamentos e partidos são fenômenos da distribuição do poder dentro de uma comunidade. As *classes*, consideradas como agrupamentos de pessoas que se encontram na mesma situação de classe (oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida), têm sua oportunidade determinada pela existência ou não de um maior ou menor poder para dispor de bens ou habilidades em seu próprio benefício. Os *estamentos*, determinados pelo *status* e não por motivos econômicos, possuem a honraria estamental, que se relaciona a qualquer qualidade partilhada por uma série de indivíduos, independente da situação de classe de cada um deles.

Enquanto as classes se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens, os estamentos se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representados por “estilos de vida” especiais. Os *partidos* agem no sentido de conquistar o poder social e segundo metas

planificadas, não estando, necessariamente, ligados a classes ou estamentos.

O **poder na burocracia** é abordado a partir da consideração de que, tecnicamente, a burocracia é o meio de poder mais altamente desenvolvido nas mãos do homem que o controla.<sup>7</sup> Weber intensificou seus estudos sobre a burocracia a partir de sua experiência como administrador de nove hospitais em Heidelberg, entre 1914 e 1915, quando teve oportunidade de vivenciar as vantagens e os efeitos perversos desse tipo de organização. Afirmando que a burocracia é uma das estruturas sociais mais difíceis de se destruir, Weber considerava que

*“como instrumento de socialização das relações de poder, a burocracia foi e é um instrumento de poder de primeira ordem - para quem controla o aparato burocrático..... onde a burocratização da administração foi completamente realizada, uma forma de relação de poder se estabelece, de modo praticamente inabalável.”(WEBER, Ensaios de Sociologia. 1982, p.264/ 65)*

Weber considera a burocracia como o modo mais racional de exercer o poder, servindo tanto a interesses políticos quanto econômicos ou de qualquer outra natureza. Afirma que o tipo mais puro de poder legal é aquele que se utiliza do aparelho burocrático.

Weber analisou, ainda, a forma tradicional de exercício do poder, expressa no **patrimonialismo**, que se aproxima da burocracia pelo fato de recusar o excepcional e de ser uma instituição durável e contínua e dela se distancia, na medida em que nada possui de racional ou técnico, apresentando como conteúdo concreto a validade do costume, considerado como inviolável. Sua unidade vem da pessoa do soberano, cujo poder baseia-se em suas qualidades pessoais e não em critérios exteriores e formais que definam a função por ele ocupada. O patrimonialismo ignora a

7. WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*, 1982, p.268

administração: apresenta como critério de recrutamento e seleção a confiança do soberano em seus favoritos e não a capacidade administrativa, a competência ou a especialização; não apresenta separação entre esfera privada e oficial, ou entre os interesses pessoais do administrador e os interesses públicos ligados ao cargo ocupado por ele. A personalização da administração se estende a todos os domínios, inclusive o do exército, devotado, apenas, ao rei ou ao senhor feudal.

Segundo Chacon, Weber vê uma continuidade entre a dominação patrimonial tradicional e a nova dominação burocrática, possível transformação do feudalismo na dominação racional-legal. Para Chacon, o patrimonialismo é exercido pelos proprietários dos meios de produção, através de um estrato social sem propriedade e que não tem honra social por mérito próprio - a burocracia e a chamada classe política.<sup>8</sup>

Além de analisar a manifestação do poder em diferentes contextos, Weber abordou a questão da legitimidade do poder, relacionando-a ao conceito de dominação. Para ele, o conceito de poder é sociologicamente amorfo, havendo uma série de circunstâncias que colocam uma pessoa na posição de impor sua vontade, devendo, portanto, o conceito de dominação ser mais preciso: dominação é a probabilidade de que um mandado seja obedecido.<sup>9</sup>

Weber considera duas formas radicalmente opostas de dominação: **a dominação mediante uma constelação de interesses** que, representada principalmente pelas situações de monopólio, tem como seu tipo mais puro o domínio monopolizador de um mercado e baseia-se, principalmente, nas influências que, devido a qualquer possessão, são exercidas sobre o comércio formalmente livre dos dominados, que se inspiram em seu próprio interesse. **A dominação mediante autoridade**, que consiste no poder de mando

e dever de obediência, tem como seu tipo mais puro o poder exercido pelo pai de família, pelo funcionário ou pelo príncipe e baseia-se no fato de se recorrer ao dever de obediência com absoluta independência de qualquer espécie de motivos e interesses. Segundo Weber, qualquer um destes dois tipos de dominação pode, facilmente, converter-se em seu contrário: toda forma de dominação mediante uma constelação de interesses, principalmente no caso de possessão de um monopólio, pode transformar-se, gradualmente, em uma dominação autoritária e, em toda forma de relação autoritária, baseada no dever, existe uma certa proporção mínima de interesse, um móvel inevitável de obediência.

Segundo Weber, do ponto de vista sociológico o determinante não é o aspecto ideal do poder, dedutível em forma dogmática jurídica de uma norma, mas sim o seu aspecto fático, ou seja, as consequências socialmente importantes, efetivamente produzidas pelo exercício de uma suposta autoridade para dar determinadas ordens. No entanto, a consideração sociológica apóia-se no fato de que o poder de mando fático costuma exigir o complemento de uma ordem normativa legal e opera, assim, forçosamente, em relação ao sistema de noções jurídicas.<sup>10</sup> Dessa forma, Weber constrói seu conceito de dominação a partir do conceito de poder:

*“poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra toda resistência e seja qual for o fundamento dessa probabilidade: por dominação deve entender-se a probabilidade de encontrar obediência a um mandado de determinado conteúdo entre pessoas dadas.”*  
(Weber, Max. *Economia y Sociedad*, 1984, p.43)

Assim, **a dominação é a manifestação concreta e empírica do poder**. Enquanto este é a oportunidade que o indivíduo tem de, em uma relação

8. CHACON, Vamireh. *Max Weber: a crise da ciência e da política*. R.J.: Forense Universitária, 1988. p.97-8

9. WEBER, Max. *Economia y sociedad*, op. cit. p.43

10. *Ibidem*, p.700.

social, impor sua vontade mesmo contra resistências, para que haja dominação é necessário que o indivíduo encontre pessoas dispostas a obedecer às suas ordens. Freund afirma que, na base de toda dominação política, existe a relação fundamental do mando e da obediência.<sup>11</sup>

Weber aponta três tipos de dominação: a legal, a tradicional e a carismática.

A **dominação legal** é de caráter racional e tem por fundamento a crença na validade dos regulamentos estabelecidos e na legitimidade dos chefes. Existe em virtude de estatuto e tem como tipo mais puro a dominação burocrática. O quadro administrativo consiste de funcionários nomeados pelo chefe e os subordinados são os membros da associação (cidadãos, camaradas). Correspondem a este tipo de dominação, não apenas a estrutura moderna do Estado mas, também, a da empresa capitalista privada, as associações com fins utilitários ou qualquer organização que disponha de um quadro administrativo numeroso e hierarquicamente articulado. As modernas associações políticas são os exemplos mais típicos. Weber afirma que nenhuma dominação é exclusivamente burocrática e que a burocracia não é o único tipo de dominação legal. Entretanto, as formas de dominação burocrática estão em ascensão em todas as partes.

A **dominação tradicional** baseia-se na crença na santidade das tradições em vigor e na legitimidade dos que obtêm poder através do costume. Existe em virtude das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes e tem seu tipo mais puro no patrimonialismo e no patriarcalismo. A associação dominante é de caráter comunitário, onde o senhor manda e os súditos obedecem. O poder do senhor tem suas bases em sua dignidade própria, santificada pela tradição (fidelidade). O conteúdo das ordens está fixado pela tradição e os princípios são os da equidade, da justiça e da utilidade prática, e nunca os de caráter formal. Os quadros administrativos constam de dependentes pessoais do senhor (familiares ou funcionários

domésticos); de parentes ou amigos pessoais (favoritos) ou de pessoas que lhe estejam ligadas por vínculos de fidelidade (vassalos, príncipes tributários). Não existe o conceito burocrático de competência e as relações do quadro administrativo são pautadas não pelo dever ou disciplina, mas pela fidelidade pessoal. O tipo mais puro desta dominação é o sultanato.

A **dominação carismática** repousa no valor pessoal de um homem, que se distingue por sua santidade, seu heroísmo ou seu exemplo. Existe em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente, a facultades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. O líder é obedecido por suas qualidades excepcionais e não por sua posição estatuída ou sua dignidade tradicional. Seu poder existe enquanto subsistir seu carisma (qualidades que lhe são atribuídas). O quadro administrativo é escolhido segundo carisma e vocação pessoais e não devido à sua qualificação profissional (como o funcionário), à sua posição (como no quadro administrativo estamental) ou à sua dependência pessoal ao senhor (como no quadro administrativo patriarcal). Falta o conceito racional de "competência" e o conceito estamental de "privilégio". A administração carece de orientação dada por regras e caracteriza-se, sobretudo, pela revelação ou criação momentâneas, pela ação e exemplo, pelas decisões particulares, não sendo racional nem presa a tradições. A autoridade carismática é, para Weber, uma das grandes forças revolucionárias da história, porém, em sua forma totalmente pura, tem caráter eminentemente autoritário e dominador.<sup>12</sup>

Weber destacou que dificilmente se encontraria, na realidade histórica, estes tipos de dominação em estado puro, concebendo a possibilidade de evolução de um tipo em outro e de degeneração da legitimidade em cada tipo. Segundo Merquior,<sup>13</sup> Weber ja-

11. FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. 1987. p.161

12. WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN (Org.): *Max Weber*; sociologia. 1989. p.129-36

13. MERQUIOR, José Guilherme. *Rousseau e Weber*: dois estudos sobre a teoria da legitimidade. R.J.: Guanabara, 1990. p.107-10.

mais concebeu sua tipologia como uma seqüência evolutiva e a encarava como taxinômica, não pretendendo fazer dela uma "teoria" no sentido estrito da palavra. Afirmando que a combinação e transição dos três tipos puros de justificativa da legitimidade são demonstradas na análise comparativa das formas históricas de governo, Merquior apresenta as características básicas do governo orientado segundo cada tipo de dominação. Institucionalmente, as justificativas de legitimidade exibem três variáveis principais: a posição dos governantes, dos governados e do "staff" do governo. Na **dominação legal**, os governantes são apenas superiores funcionais, os governados são legalmente iguais e o "staff" é composto de burocratas. A orientação da ação é predominantemente racional-instrumental. Na **dominação tradicional**, os governantes são os senhores, os governados os súditos e o "staff" se compõe de servidores ou vassalos. A ação orienta-se, predominantemente, segundo a tradição. Na **dominação carismática**, os governantes são os líderes, os governados são os liderados e o "staff" compõe-se de funcionários que são discípulos do líder. A orientação da ação é predominantemente afetiva.

Segundo Bobbio,<sup>14</sup> a abordagem de Weber sobre a tipologia das formas de governo é profundamente inovadora, porque emprega um critério diferente: baseia-se nos tipos históricos de legitimação e de manifestação do poder político. Enquanto, nas teorias tradicionais, a legitimação do poder é consequência de um evento, em Weber ela se faz, subjetivamente, na própria ação social. Para ele, há três tipos de poder legítimo porque há três princípios de legitimidade. Bobbio afirma que a classificação weberiana das formas de poder legítimo deriva da combinação de duas dicotomias: a distinção entre poder pessoal e impessoal, que separa o poder legal do tradicional e do carismático e a distinção entre poder ordinário e extraordinário, que diferencia o poder carismático do tradicional e do legal. Assim, o poder legal é, ao mesmo tempo, ordinário e impessoal, distinguindo-se dos dois outros tipos de poder.

14 BOBBIO, Norberto. A teoria do Estado e o poder em Max Weber. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio Escolhidos*. S.P.: Cardim, s/d, p.169-76.

BOURDIEU aborda a questão do poder a partir da noção de campo<sup>15</sup> considerando o campo do poder como "um campo de forças" definido, em sua estrutura, pelo estado de relação de forças entre formas de poder ou espécies de capital diferentes. É um campo de lutas pelo poder entre detentores de poderes diferentes; um espaço de jogo, onde agentes e instituições, tendo em comum o fato de possuir uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural especialmente) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus campos respectivos, afrontam-se em estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de forças.<sup>16</sup>

Segundo Bourdieu, a estrutura do campo do poder depende, em cada momento, das espécies de capital envolvidas nas lutas pela dominação e de seu peso relativo na estrutura. Ele propõe um modelo de estrutura do campo de poder, tal como ele se apresenta hoje no caso da França. Os diversos campos se organizam, hierarquicamente, no interior do campo de poder, de acordo com as espécies de capital - especialmente o econômico e o cultural - segundo uma estrutura cruzada, havendo dois princípios de hierarquização dominante: o econômico e o cultural. Assim, estaria em um pólo o campo econômico e, em outro, o artístico, com os campos administrativo e universitário ocupando posições intermediárias. Desta forma, o capital econômico e as posições economicamente dominantes e o capital cultural, com as posições culturalmente dominantes, ocupam dois pólos opostos do campo do poder.<sup>17</sup>

15. Para Bourdieu, o campo é um universo complexo de relações objetivas de interdependência entre subcampos ao mesmo tempo autônomos e unidos pela solidariedade orgânica de uma verdadeira divisão do trabalho de dominação. Diz respeito a uma população, ou seja, um conjunto de agentes suscetíveis de serem submetidos a partições reais e unidos por interações ou ligações reais e diretamente observáveis. (*La Noblesse d'État*. Paris: Minuit, 1989, p.373-4). O campo é um universo que tem sua especificidade e sua dinâmica próprias. Na medida em que a sociedade avança, ela se diferencia em universos separados: os campos. (Curso no Collège de France: *L'État: conclusions*, aula de 21/2/91).

16. BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État*. Paris: Minuit, 1989. p.375

17. Bourdieu cita como exemplo a oposição existente, no campo econômico, entre os patrões tecnocratas, que devem sua posição ao capital escolar e à hereditariedade cultural e os patrões familiares, que devem sua posição à herança econômica. (*La Noblesse d'État*, p.383-4)

Nesta estrutura, os agentes e grupos de agentes, que ocupam diferentes posições e se distinguem pela estrutura de seu patrimônio, orientam-se em direção a diferentes estratégias de reprodução. Coexistem, no mesmo espaço econômico, a transmissão inteiramente controlada pela família de um direito de propriedade hereditária, que é o caso dos patrões familiares, e a transmissão - assegurada e controlada pela escola e pelo Estado - de um poder vitalício fundado sobre o título escolar que, à diferença do título de propriedade ou dos títulos de nobreza, não é transmissível hereditariamente. Esses dois modos de reprodução coexistem no seio do campo do poder econômico, onde representam os dois pólos de um "continuum".

A **reprodução familiar** abrange o conjunto de estratégias utilizadas pelas famílias para assegurar sua própria reprodução, sua integração, a perpetuação de seu poder e a conservação de seu patrimônio. É largamente utilizada pelas famílias que possuem o controle do patrimônio de uma empresa, para manutenção do capital econômico e a expansão da sociedade. Historicamente, a empresa familiar detém o poder de transmitir, de pessoa a pessoa, um poder que deve ser exercido pessoalmente por seu detentor e que não exige nenhuma competência que não possa ser adquirida pela experiência direta na empresa. Ao sistema escolar cabe, no caso, fornecer as patentes da boa educação moral e de distinção social, para o que o ensino privado está preparado e, a rigor, as garantias de competência técnica que permitem ao patrão da segunda geração impor-se junto aos quadros técnicos. Quando a empresa familiar está ameaçada ou não pode mais oferecer cargos a todos os membros da família, é utilizado, em último recurso, o direito de sucessão não transmissível, assegurado pela escola. Dispensável para criar uma empresa, o capital escolar torna-se necessário quando se trata de conservá-la ou aumentá-la e indispensável para chegar à sua direção, quando ela está plenamente desenvolvida.<sup>18</sup>

18. BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État*. op.cit. p.396-404

A **reprodução escolar** é abordada por Bourdieu, principalmente no que se refere ao título escolar, que adquire importância crescente no modo de produção característico das grandes empresas. Para ele, o título escolar exerce papel determinante na reprodução da ordem social e oferece aos dominados que dele se apropriam uma garantia segura contra a exploração sem limites, vez que, enquanto direito oficialmente reconhecido, os protege contra outros privilégios no mercado de trabalho. Como um atestado público e oficial, expedido por autoridade reconhecida, o título escolar designa a seu portador poderes, prerrogativas ou privilégios e atributos estatutários dotados de uma objetividade e uma universalidade socialmente garantidas.<sup>19</sup>

Segundo ele, através do título escolar o sistema de ensino reduz, ao máximo, os obstáculos à circulação do capital cultural, na medida em que instaura um mercado unificado das capacidades culturais e garante a convertibilidade em moeda de capital cultural, adquirido ao preço de um gasto de energia e trabalho. Assim, o título escolar tem um valor convencional, formal, juridicamente garantido, livre das limitações locais e das flutuações temporais: o capital cultural que ele garante não precisa ser continuamente provado. Dessa forma, as relações de poder e de dependência não se estabelecem mais entre pessoas, mas entre instituições, entre títulos socialmente garantidos e cargos socialmente definidos e, através deles, entre os mecanismos sociais que produzem e garantem o valor social dos títulos e dos cargos e a distribuição desses atributos sociais entre os indivíduos biológicos.<sup>20</sup>

Apesar de reconhecer este importante papel do título escolar, Bourdieu considera que ele não é uma condição necessária ou uma condição eficiente de acesso a todas as posições dominantes, especialmente àquelas oferecidas pelas empresas familiares. O título escolar não é suficiente para assegurar, por si só, o acesso às posições dominantes no campo econômico. Como

19. *Ibidem*, p. 536-9.

20. BOURDIEU, P. Les modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, II (2/3): 122-32, juin, 1976, p.125.

prova, os padrões do Estado são provenientes, em sua quase totalidade, de famílias com ligações de parentesco - ou outras - com o mundo dos negócios. Na verdade, a importância do título escolar de prestígio cresce na medida em que se distancia do pólo familiar e privado.<sup>21</sup>

Além do título escolar, Bourdieu chama atenção para o peso do capital social herdado da família, que se faz sentir em todos os setores do campo do poder econômico. Para ele, as operações sucessivas de cooptação, que determinam a seleção de dirigentes, armam-se de critérios que nunca são completamente redutíveis aos títulos escolares e, menos ainda, ao que eles medem oficialmente. Dessa forma, quando se trata de atingir as posições de poder econômico, os diplomas têm uma eficácia condicional que, sobretudo em relação aos mais comuns, não se exerce plenamente se eles não forem completados com títulos e qualidades não conferidos pela escola. Bourdieu aponta a forte concorrência que o modo de reprodução familiar faz ao modo de reprodução escolar, na medida em que a aprendizagem cultural, assegurada pelas famílias mais antigas da burguesia, é a única a proporcionar a forma particular de capital cultural - modos e maneiras - e o capital social que, associados ou não ao capital econômico herdado, trazem vantagem sobre os concorrentes dotados de títulos escolares.<sup>22</sup>

Segundo Bourdieu, esses modos de reprodução se efetivam através das estratégias de reprodução:

*“práticas que se organizam objetivamente, sem terem sido explicitamente concebidas para esse fim, que contribuem para a reprodução do capital possuído, na medida em que têm por princípio o ‘habitus’, que tende a reproduzir as condições de sua própria produção, produzindo, em domínios diferentes, as estratégias objetivamente coerentes e sistemáticas, características de um modo de reprodução”.* (Bourdieu, Pierre. *La Noblesse d’État*, 1989, p.386-7)

21. BOURDIEU, Pierre. *La Noblesse d’État*, op.cit. p. 412

22. *Ibidem.* p.439-57

O “habitus”, princípio das estratégias de produção, segundo Bourdieu, designa o conjunto de disposições adquiridas, de esquemas de percepção, de apreciação e de ação, inculcadas pelo contexto social em um momento e em um lugar particular. É o que se pode chamar de uma “interiorização da exterioridade”: sujeitos situados em condições sociais diferentes vão adquirir disposições diferentes, segundo seu momento histórico e seu lugar em um dado sistema social.<sup>23</sup>

Entre vários tipos de estratégias, Bourdieu apresenta as educativas, das quais as estratégias escolares constituem um aspecto particular que, enquanto investimento a longo prazo, não se reduzem à sua dimensão estritamente econômica ou monetária, como crê a economia do capital humano, vez que visam primordialmente a produção de agentes sociais capazes de receberem a herança do grupo e de serem herdados por ele.<sup>24</sup>

Afirmando a necessidade de se considerar as estratégias de investimento escolar no conjunto das estratégias educativas e no sistema das estratégias de reprodução, Bourdieu aponta a importância social do investimento educativo, enquanto transmissão do capital cultural, e a dependência do rendimento escolar ao investimento prévio de capital cultural pela família e ao capital social herdado.<sup>25</sup> Segundo ele, as estratégias de reprodução disponíveis não são utilizadas da mesma forma e grau pelos diferentes agentes e gru-

23. ANSART, Pierre. *Les sociologies contemporaines*. Paris: Ed. de Seuil, 1990, p.41

24. BOURDIEU, P. *La Noblesse d’État*. op.cit. p.388

25. Segundo Bourdieu, o **capital social** é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que são ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e interreconhecimento. Implica em obrigações duráveis, subjetivamente sentidas e institucionalmente garantidas, graças à alquimia da troca, como comunicação, supondo e produzindo o conhecimento e o reconhecimento mútuos. O **capital cultural** apresenta-se em três estados: no estado incorporado (disposições duráveis do organismo); no estado objetivado (bens culturais: quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que são o traço ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas etc) e, no estado institucionalizado (forma que deve ser considerada à parte, porque, como no caso do título escolar, confere ao capital cultural que ela busca garantir, propriedades originais). (Bourdieu, P. *Le capital social - notes provisoires. Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (31): 2-3, jan, 1980 e *Les trois états du capital culturel. Idem* (30): 3-6, nov, 1979.

pos, variando de acordo com o volume e estrutura de seu patrimônio. Bourdieu chama de **estrutura de oportunidades diferenciais de proveito** ao conjunto de oportunidades de investimento oferecidas por diferentes mercados sociais, que impõem diferentes propensões a investir e, conseqüentemente, diferentes sistemas de preferências e interesses. Assim, a propensão a investir em trabalho escolar não depende apenas do capital cultural possuído, mas do peso relativo deste capital na estrutura do patrimônio; assim como, o interesse pelos estudos não depende apenas do êxito escolar, mas também do grau em que o êxito social depende do escolar.

Ao lado das estratégias de reprodução, Bourdieu trata das **estratégias de reconversão**: os detentores de capital só podem manter sua posição no espaço social ao preço de reconversões das espécies de capital que possuem, em outras espécies, mais rentáveis ou mais legítimas, no estado considerado dos instrumentos de reprodução. Aponta para a necessidade de se distinguir entre os deslocamentos no interior do espaço próprio de um campo (que são associados à acumulação da espécie de capital específico para a concorrência neste campo) e os deslocamentos entre campos (associados à reconversão de uma espécie determinada de capital em outra espécie, voltada para um outro campo). Ambos os deslocamentos dependem das relações objetivas entre os diferentes campos e das taxas de conversão das diferentes espécies de capital.<sup>26</sup>

O termo "taxa de troca" ou de conversão é utilizado por Bourdieu para designar as equivalências estabelecidas entre diferentes espécies de capital. Estas espécies se constituem nos poderes específicos que agem em determinados campos e que representam trunfos e instrumentos de luta dos agentes nas disputas no interior do campo. Têm sua eficácia e seu valor restritos a determinados campos, sendo insignificantes ou ineficazes em outros. Assim, o estudo das espécies de capital envolvidas na luta pelo poder em determinado campo é fundamental para o estudo das relações

de poder neste campo, não podendo, no entanto, haver uma generalização para outros contextos ou campos. Segundo Bourdieu, através destas estratégias de reprodução e de reconversão, os agentes lutam pelo monopólio das espécies de capital que dão acesso às posições de poder.

Para melhor explicar as lutas existentes no campo do poder, Bourdieu aborda as transformações da estrutura desse campo, determinadas por uma transformação das relações entre capital bancário e capital industrial, levando a um reforço da posição dos bancos e dos banqueiros no seio do poder econômico. As empresas industriais tendem a perder sua autonomia financeira em relação aos grandes grupos bancários que, graças à invenção de novas formas de concentração de capital, passam a controlar ramos inteiros da indústria, sem serem seus proprietários exclusivos.<sup>27</sup>

Outra transformação, apontada por Bourdieu, na estrutura do campo de poder liga-se à produção cultural, que vai se tornando cada vez menos individual e independente, para se concentrar em empresas intelectuais, gerando os produtores culturais assalariados, engajados em projetos de pesquisa caros e a longo prazo. Esses profissionais - engenheiros, professores, pesquisadores etc. - chamados por ele de "assalariados burgueses", detêm um capital cultural que, salvo exceções, não assegura proveitos econômicos senão no seio das empresas de produção cultural. Distinguem-se dos profissionais liberais que, estando por conta própria, podem tirar proveitos de seu capital incorporado sem o envolvimento externo de capital. Subordinados ao capital econômico, os assalariados burgueses, enquanto detentores do capital cultural, dirigem-se para o pólo dominante do campo do poder.

Segundo Bourdieu, essas mudanças estruturais são acompanhadas de perturbações na bolsa de valores das diferentes subespécies de capital cultural: o lado das humanidades tradicionais tende a regredir em proveito do capital cultural, em sua forma científica e técnica e, sobretudo, burocrático-política, cuja rentabilidade econômica é assegurada pelo crescimento das novas demandas dos serviços simbólicos.

26. BOURDIEU, P *La Noblesse d'État*. op. cit. p.394-5.

27. BOURDIEU, Pierre. *La Noblesse d'État*, op. cit. p.480-1.

Para ele, as lutas no campo do poder, ao mesmo tempo em que são originadas pelas transformações neste campo, engendram novas transformações, determinando uma diversificação crescente do mesmo. Com esta diversificação, há um distanciamento das formas tradicionais de poder<sup>28</sup> e este deixa de se encarnar nas pessoas ou nas instituições particulares, realizando-se e manifestando-se através de todo um conjunto de campos e poderes, ao mesmo tempo diferentes e interdependentes, unidos por uma solidariedade orgânica. O poder se exerce, essencialmente, de maneira invisível e anônima, por intermédio de mecanismos e de redes de agentes e de instituições engajadas em circuitos de trocas legitimadoras cada vez mais longas e mais complexas. A relação simples entre os pares de poderes antagonistas e complementares cede lugar às relações complexas entre campos e, em particular, às relações entre o campo universitário e o burocrático e entre estes dois e o campo econômico ou o campo político. A eficácia simbólica do modo de dominação em vigor tende a crescer e a coerção e a repressão física tendem a ceder lugar às imposições dissimuladas da violência simbólica.<sup>29</sup>

Segundo Bourdieu, os modos de dominação apresentam diferenças pertinentes, cujo fundamento está no grau de objetivação do capital social acumulado que vai garantir a permanência e a cumulatividade das conquistas materiais e simbólicas e assegurar a reprodução da estrutura da distribuição do capital. Para ele, é a existência de campos autônomos, funcionando segundo mecanismos rigorosos e capazes de impor aos agentes sua necessidade, que faz com que os detentores dos meios de dominar estes mecanismos e de se apropriar dos proveitos materiais ou simbólicos produzidos por seu funcionamento possam desenvolver estratégias orientadas, expressa e diretamente, para a dominação de pessoas. Essas estratégias, que visam instaurar ou manter relações duráveis de dependência

28. Como formas tradicionais de poder, Bourdieu aponta: indiferenciação política e solidariedade mecânica nos clãs e nas sociedades aldeãs e formas elementares de divisão do trabalho de dominação em funções especializadas, como os guerreiros e os padres.

29. BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État*. op.cit. p. 554-5

de pessoa a pessoa, são, na maioria das vezes, extremamente custosas em bens materiais, em serviços ou em tempo.

Assim, não basta aos dominantes deixar funcionar o sistema que eles dominam para exercer, duravelmente, a dominação. É preciso trabalhar direta, diária e pessoalmente para produzir e reproduzir as condições sempre incertas de dominação. Para se apropriar do trabalho, dos serviços, dos bens, das homenagens ou do respeito dos outros é preciso, antes, ganhá-los pessoalmente, prendê-los, criar uma ligação de pessoa a pessoa. Bourdieu aponta duas maneiras de se prender alguém duravelmente, a dívida ou a dádiva: as obrigações abertamente econômicas da dívida ou as obrigações morais e afetivas, criadas e mantidas pela troca. A dominação implica em algum tipo de violência, seja a violência aberta - física ou econômica - seja a **violência simbólica**, censurada e eufemizada, irreconhecível como tal, leve, invisível. Segundo Bourdieu, a violência simbólica impõe-se como o modo de dominação mais econômico, na medida em que é mais conforme com a economia do sistema. É uma forma de exploração lenta e latente, utilizada quando a exploração direta e brutal é impossível. As dádivas, a generosidade, a distribuição ostentatória são operações de alquimia social que ocorrem sempre que a ação direta de violência aberta, física ou econômica, é negativamente sancionada e tendem a assegurar a transmutação do capital econômico em capital simbólico. Pelo gasto de energia, de dinheiro, de tempo, de engenhosidade - princípios de eficácia dessa alquimia social - a relação interessada se transforma em relação desinteressada, gratuita e a dominação franca se transforma em dominação irreconhecível e reconhecida, ou seja, em autoridade legítima. Na ausência da garantia jurídica e da força de coerção externa, uma das únicas maneiras de se ter alguém duravelmente é fazer durar uma relação dissimétrica como a dívida, a obrigação, o reconhecimento, o prestígio ou a fidelidade pessoal.<sup>30</sup>

30. BOURDIEU, P. Les modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, II (2,3): 122-32, juin, 1976. p.126-30.

Analisando o papel do poder econômico na dominação, Bourdieu afirma que ele não reside na riqueza, mas na relação entre ela e um campo de relações econômicas cuja constituição é inseparável do desenvolvimento de um corpo de agentes especializados, dotados de interesses específicos. É nesta relação que a riqueza se encontra constituída enquanto capital, ou seja, enquanto instrumento de apropriação do equipamento institucional e dos mecanismos indispensáveis ao funcionamento deste campo e aos proveitos que ele proporciona. A riqueza, base última do poder, só pode exercer um poder durável sob as espécies de capital simbólico. Assim, a dominação é conquistada e mantida através da reconversão permanente do capital econômico em capital simbólico, mediante o gasto de energia social. Para Bourdieu, esta reconversão é uma empresa coletiva, que só pode se exercer com a cumplicidade de todo o grupo.

Esta idéia de cumplicidade remete-nos ao **poder simbólico**, que, segundo Bourdieu, é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo supõe o que Durkheim chama de “conformismo lógico”, ou seja, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa que torna o acordo possível entre as inteligências. Bourdieu afirma que o poder simbólico é um poder quase mágico, na medida em que permite obter o equivalente ao que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização. É um poder que só se exerce se for reconhecido. Ele não reside nos sistemas simbólicos, mas define-se na e por uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que a ele se submetem.<sup>31</sup>

Segundo Bourdieu, todo poder simbólico é um poder capaz de se impor como legítimo, dissimulando a força que há em seu fundamento. Os dominados contribuem sempre para a própria dominação, a partir de disposições resultantes da dominação, sendo a violência simbólica exercida com a cumplicidade ativa, embora nem sempre consciente e voluntária, daqueles que a ela se submetem.<sup>32</sup>

Ao contrário da força nua, que age por uma eficácia mecânica, todo poder verdadeiro age enquanto poder simbólico. A ordem torna-se eficiente porque aqueles que a executam, com a colaboração objetiva de sua consciência ou de suas disposições previamente organizadas e preparadas para tal, a reconhecem e crêem nela, prestando-lhe obediência. Para Bourdieu, o ato de reconhecimento tem mais chances de ser considerado como legítimo e de exercer seu poder de legitimação, na medida em que é menos determinado por imposições externas, físicas, econômicas e políticas (logo, quanto mais autêntico, sincero, desinteressado etc.) e mais inspirado em razões específicas de uma submissão eletiva, que confere a seu autor a legitimidade reivindicada pelo poder de legitimação.<sup>33</sup>

Em curso no Collège de France, Bourdieu afirmou que as relações de força são relações de comunicação e, ao mesmo tempo, relações simbólicas: o dominado conhece e reconhece seu superior; a obediência é um ato de reconhecimento e, para compreender os atos de submissão, é preciso pensar nos agentes como partículas que pensam em seus superiores como estruturas mentais. Um ato de obediência é um ato mágico.<sup>34</sup>

Assim, segundo Bourdieu, as relações de comunicação são sempre, inseparavelmente, relações de poder que dependem, em sua forma e em seu conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou instituições engajados nestas relações e que podem permitir a acumulação de poder simbólico. As diferentes classes e frações de classe estão engajadas em uma luta propriamente simbólica para impor a definição de mundo social mais conforme com seus interesses, havendo uma reprodução transfigurada do campo das posições sociais no campo das tomadas de posições ideológicas. Esta luta é travada tanto diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quanto por procuração, através da luta travada pelos especialistas da produção simbólica, e tem por objetivo o monopólio da violência simbólica legítima, ou seja, o

31. Idem. Sur le pouvoir symbolique. Paris, *Annales*, 32 (3): 405-11, mai/juin, 1977, p.407-10

32. BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État*, op. cit, p. 12

33. Ibidem, p.549-50

34. BOURDIEU, P. Curso no Collège de France: *L'État: conclusions*; aula de 7/2/91.

## A PRESENÇA DE MAX WEBER NA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE PIERRE BOURDIEU, NO QUE SE REFERE À ANÁLISE DO PODER

poder de impor instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários da realidade social. O campo da produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica. Nesta luta, as frações dominantes, cujo poder repousa no capital econômico, visam impor a legitimidade de sua dominação, seja pela própria produção simbólica, seja por intermédio dos ideólogos conservadores. Enquanto isso, a fração dominada tende a supervalorizar o capital específico ao qual deve sua posição, colocando-o no cume da hierarquia. Os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de encerrarem relações de força que se exprimem e se manifestam sob a forma irreconhecível de relações de sentido.

O poder simbólico é, para Bourdieu, uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder. As leis de transformação que regem a transmutação de diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em particular, o trabalho de dissimulação e transfiguração que assegura uma verdadeira transformação das relações de força, transformam essas forças em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem gasto aparente de energia.<sup>35</sup> Bourdieu afirma que é este o poder exercido no sistema de ensino, o qual "supõe a cumplicidade ativa dos que o impõem e dos que a ele se submetem". (*La Noblesse d'État*, p.10). Em sua análise do poder, tal como Weber, Bourdieu enfatiza a questão da legitimidade, ou seja, da justificação dos poderes em luta dentro de um campo. Para ele, nenhum poder pode se contentar em existir enquanto poder ou força nua, desprovida de justificação. Ele deve justificar sua existência como tal ou, ao menos, fazer-se reconhecer como legítimo. A questão da legitimidade está inscrita, em estado prático, na existência de uma pluralidade de poderes concorrentes que, no e pelo fato de seu afrontamento e nas justificativas antitéticas e muitas vezes inconciliáveis em que eles se opõem, fazem surgir, inevitavelmente, a questão de sua própria justificação.<sup>36</sup>

35. BOURDIEU, P. Sur le pouvoir symbolique. op. cit. p.408-11

36. idem, *La Noblesse d'État*, op. cit. p.376

A abordagem do poder em Weber e em Bourdieu permite-nos apontar alguns aspectos da obra de Weber que estão presentes na análise de Bourdieu. Não pretendemos abordar, aqui, a análise da sociologia da religião de Weber, feita por Bourdieu<sup>37</sup> ou a influência weberiana em aspectos diversos de sua sociologia. Limitamo-nos a estabelecer algumas relações entre a abordagem de poder dos dois sociólogos, mostrando como, em seus estudos, Bourdieu resgatou, em um novo contexto, o aporte teórico de Weber.

Analisando as duas abordagens, observamos que o campo do poder de Bourdieu, se considerado em seu aspecto estrutural mais amplo, é integrado pelas estruturas políticas, pela sociedade de classes e pelas organizações burocráticas analisadas por Weber. Entretanto, se considerarmos seu aspecto dinâmico, vamos observar que as estratégias de reprodução e de dominação e as lutas que se travam no campo de poder exposto por Bourdieu estão presentes no interior das estruturas políticas, da sociedade de classes e das organizações burocráticas analisadas por Weber.

A questão do uso da força nas relações de poder é abordada pelos dois sociólogos. Enquanto Weber afirmava que todas as estruturas políticas usam a força, mas diferem no modo e na extensão como a empregam, Bourdieu fala de uma relação de forças entre formas de poder ou espécies de capital diferentes, em luta para conservá-las ou transformá-las.

O papel do poder econômico que, para Weber, distingue-se do poder como tal, podendo ser causa ou consequência do poder existente por outros motivos, é

37. Bourdieu fez, em 1971, importante análise da sociologia da religião de Weber em dois artigos: *Genèse et structure du champ religieux* e *Une interprétation de la théorie de la religion selon Max Weber*. Ambos foram traduzidos para o português e integram a obra: *A Economia das Trocas Simbólicas*. SP: Perspectiva, 1974. O primeiro foi traduzido por Sérgio Miceli e o segundo por Silvia de Almeida Prado.

resgatado por Bourdieu, que o considera como um tipo de capital específico na luta dentro do campo de poder, mais uma causa que uma consequência do poder. Bourdieu enfatiza o capital econômico como um princípio de hierarquização do campo do poder, ao lado do capital cultural, o outro princípio.

O capital cultural, trabalhado por Weber em sua abordagem dos diplomas e, mais especificamente, em seu texto sobre a ciência como vocação, onde analisa as limitações e contribuições da ciência e a carreira acadêmica com seus riscos,<sup>38</sup> não aparece explicitamente em sua abordagem do poder aqui descrita e foi enfatizado por Bourdieu, que o coloca como um dos pólos do poder e a ele atribui grande importância.

A dominação abordada por Weber em seus três tipos, tem suas bases e seus modos de exercício analisados por Bourdieu. Enquanto em Weber a legitimidade da dominação está nos aspectos: legal, tradicional ou carismático, em Bourdieu esta legitimidade está no reconhecimento tácito da autoridade do dominador e na submissão desinteressada, gerada pelo poder simbólico, que tem suas bases no capital simbólico. Os modos e estratégias de dominação abordados por Bourdieu vêm enriquecer o estudo dos tipos de dominação apontados por Weber.

A idéia do poder em um campo, enquanto relação entre agentes dotados de interesses específicos, traz implícita a existência de regulamentos, determinantes históricos e a presença de elementos carismáticos. O poder simbólico não elimina a idéia do poder legalmente instituído; pelo contrário, muitas vezes é apelando para os regulamentos ou a tradição que aquele que exerce o poder simbólico consegue conquistar seus subordinados.

Entendemos que os três tipos de legitimidade de Weber são fundamentais para a abordagem do poder, uma vez que o legal, a tradição e o carisma sem-

pre estão subjacentes a qualquer relação de dominação entre pessoas. No entanto, como o próprio Weber afirmou que não existe um tipo puro de dominação e que um tipo pode transmutar-se em outro, não vemos esses três tipos como rótulos de poder e sim como bases do poder, que coexistem em um mesmo contexto em proporções que podem variar de acordo com os atores e o momento histórico.

Com suas estratégias de dominação, seus tipos de capital passíveis de transformar-se em capital simbólico e sua idéia do poder simbólico, que se define em uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que a ele se submetem, Bourdieu oferece uma grande contribuição para a aplicação prática e o estudo das bases weberianas do poder em um contexto determinado: o peso da tradição, da normatização e do carisma nas relações entre dominantes e dominados; os capitais em jogo nas lutas pelo poder e as estratégias de poder mais utilizadas pelos atores.

Outras analogias podem ser feitas, por exemplo: entre o patrimonialismo de Weber e a reprodução familiar de Bourdieu. Enquanto aquele se apóia nos costumes e na tradição, calcando o poder em qualidades pessoais e não em critérios exteriores e formais e a seleção na confiança e não na capacidade, a reprodução familiar de Bourdieu está calcada na transmissão, inteiramente controlada pela família, de um direito de propriedade hereditária.

Weber analisou a manifestação do poder em diferentes grupos, enquanto Bourdieu parte da noção de campo, onde existe uma relação de forças e uma luta pelo poder. Queremos crer que as duas abordagens se completam, sendo possível uma análise bourdieuiana das relações de força e das lutas que se travam no interior dos grupos colocados por Weber que seriam, no caso, tratados como campos: o campo político, o econômico e o burocrático.

A análise do poder em instituições educacionais encontra respaldo não só na teoria de poder dos dois sociólogos exposta neste trabalho, mas também na sua abordagem sobre educação. Max Weber apresenta algumas colocações específicas sobre educação

38. Estas questões são abordadas nas seguintes obras de Weber: A) *Ciência e política: duas vocações*. 1967/68: "a ciência como vocação"; B) *Economia y Sociedad*, 1984: "dominação burocrática"; C) *Ensaio de Sociologia*, 1982: parte I: "ciência e política"; D) *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. 1974: 2ª parte: "avaliação e neutralidade"; E) *Sobre a Universidade*, 1989.

que, embora reduzidas e esparsas, são de grande importância para a abordagem do poder, e alguns dos assuntos tratados por ele foram retomados por Bourdieu.

Os estudos relativos à estrutura escolar e à avaliação, feitos por Weber, têm como base a universidade e buscam responder a questões sobre a carreira acadêmica e seus riscos, a neutralidade de determinada ciência no que se refere às avaliações, juízos de valor e disciplinas práticas. Já Bourdieu analisa essas questões de maneira mais aplicável às instituições educacionais de modo geral, estendendo sua abordagem à análise dos princípios de hierarquia e classificação escolar.

Weber, ao analisar o campo da pesquisa e instrução científica, afirma que a burocratização dos Institutos de Pesquisa das Universidades é função da crescente procura de meios materiais de controle e considera que

*“através da concentração desses meios nas mãos do chefe privilegiado do Instituto, a massa de pesquisadores e docentes é separada de seus ‘meios de produção’ da mesma forma que a empresa capitalista separou os trabalhadores dos seus.”* (WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*, 1982, p.260)

Esta análise foi retomada por Bourdieu quando abordou as transformações na estrutura do campo do poder e analisou a posição dos “produtores culturais assalariados”, a quem chamou de “assalariados burgueses”.

O papel dos títulos escolares é, aparentemente, análogo em Weber e em Bourdieu. Ambos enfatizam os privilégios conferidos pelos títulos e seu papel na reprodução das classes sociais e na manutenção da hegemonia das classes dominantes. No entanto, Bourdieu criticou a posição de Weber no que diz respeito à sua concepção da relação simples e unívoca entre o título escolar e a grande burocracia do Estado. Segundo ele, Weber vê no processo de racionalização da formação e da seleção com o exame especializado,

uma dimensão ou um efeito do processo de racionalização das formas de governo, tendendo a excluir da função pública todos os elementos afetivos puramente pessoais, genericamente irracionais e inacessíveis ao cálculo.<sup>39</sup> Também considera ambígua a posição da democracia em Weber uma vez que o mesmo, por um lado, aprova a substituição da dominação dos notáveis pela das pessoas competentes, provenientes de todas as camadas sociais e, por outro, teme e combate a aparição de uma casta privilegiada, proveniente do exame e do título escolar.<sup>40</sup> Bourdieu critica, ainda, a aproximação que Weber faz entre o título escolar e o que foi, no passado, o título de nobreza.<sup>41</sup> Para Bourdieu é preciso romper, radicalmente, com a representação unilateral do título escolar e da burocracia e de sua relação proposta por Weber; é preciso restituir, na análise, a ambigüidade profunda das instituições que mascaram, sob a aparência de modernidade ou de racionalidade, mecanismos sociais arcaicos.<sup>42</sup>

O aporte teórico de Weber, analisado, criticado e resgatado por Bourdieu e a vasta produção deste grande sociólogo contemporâneo são fundamentais para a análise do poder em instituições educacionais específicas. ♦

39. Ao abordar a importância da especialização para a administração burocrática, Weber considera a educação especializada cada vez mais indispensável à burocracia moderna, que generalizou o sistema de exames por todo o mundo e o prestígio social dos títulos educacionais, que levam à formação de uma camada privilegiada nos escritórios e repartições. Para ele, a criação de diplomas, concedidos pelas Universidades e Institutos, e a demanda pela criação de títulos em todos os setores acham-se a serviço desta camada privilegiada. (WEBER, Max. *Economia y Sociedad*, p. 749-51 e *Ensaio de Sociologia*, p.277-9).

40. A democracia, em Weber, tem uma posição ambivalente em relação aos exames especializados: ao mesmo tempo em que os considera como uma forma democrática de atingir os cargos, em detrimento do governo dos notáveis, luta contra eles, por temer a formação de uma casta privilegiada. (WEBER, Max. *Economia y Sociedad*, p.749-50).

41. Segundo Weber, a exigência de um modo de viver “cavalheiresco” na antiga qualificação feudal foi substituída, entre nós, pela participação em seus atuais rudimentos, dentro das associações estudantis, dos Institutos que conferem os diplomas e pelas associações desportivas e clubes. (WEBER, Max. *Economia y Sociedad*, p. 751).

42. BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État*. op. cit. p.537-8.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSART, Pierre. *Les sociologies contemporaines*. Paris: Seuil, 1990.
- BOBBIO, Norberto. A teoria do Estado e o poder em Max Weber. In: *Ensaio Escolhidos*. São Paulo: Cardim, [s.d.].
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- \_\_\_\_\_. *La Noblesse d'État*. Paris: Minuit, 1989.
- \_\_\_\_\_. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n.31, p. 2-3, jan. 1980.
- \_\_\_\_\_. Les modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, v.2, n.2/3, p.122-32, jun. 1976.
- \_\_\_\_\_. Les trois états du capital culturel. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n.30, p.3-6, nov. 1979.
- \_\_\_\_\_. Sur le pouvoir symbolique. *Annales*. Paris, v.32, n.3, p. 405-11, mai/jun. 1977.
- CASTRO, Magali de. *Relações de poder na escola pública de ensino fundamental: uma radiografia à luz de Weber e Bourdieu*. São Paulo: USP, 1994. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Textos, contextos e interpretações: reflexões sobre Max Weber, sua obra e seus intérpretes*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 17, 1994, Caxambú, M.G.
- CHACON, Vamireh. *Max Weber: a crise da ciência e da política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MAYER, Jacob Peter. *Max Weber e a política alemã*. Brasília: UNB, 1985.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- WEBER, Max. A ciência como vocação. In: *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1967/68.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*. 2.ed.. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. 5ed.. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- \_\_\_\_\_. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.) *Sociologia: Max Weber*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a Universidade*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. SP.: Cortez, 1989.